



Freguesia de São João Baptista e
Santa Maria dos Olivais – TOMAR

Melo
y.
Marmelo da Silva

ACTA Nº 20 AF

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco pelas vinte e uma horas, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, nº 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão ordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Presidiu à sessão a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelos membros da Mesa 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes os membros da Assembleia de Freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita. Verificou-se ainda, a presença dos membros de Junta de Freguesia.

Pelo Partido CHEGA – Américo José Gomes Assunção.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – João Leonardo Domingues Martins.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, José António Fernandes Ferreira, António Joaquim Lopes Ferreirinha, Maria do Céu Lopes Rodrigues Ferreira e Paulo Alexandre Matos da Silva Melo.

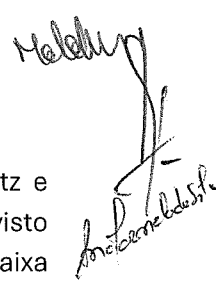
PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Cristina Maria Ferreira e Daniel José da Conceição Oliveira.

A Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) abriu a sessão endereçando cumprimentos a todas as bancadas, aos membros do executivo e ao público presente e perguntou se alguém pretendia usar da palavra no período destinado à intervenção do público, ninguém tendo manifestado interesse em fazê-lo.

Passou-se ao **Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)**.

João Martins (CDS) lamentou que o edital com a convocatória desta reunião só tenha sido publicado nas redes sociais um dia antes da sua realização.

Alexandre Horta (PSD) lamentou que não se tenha ainda iniciado a transmissão das sessões on-line, visto ter sido inscrita verba para o efeito e estarmos em Abril. Requereu ainda esclarecimentos à Mesa relativamente à eleição do vogal do executivo que foi objecto da reunião extraordinária anterior. Sobre a 1ª questão João Martins (CDS) questionou qual o valor das propostas apresentadas para essas transmissões.



Em resposta Augusto Barros (PS) informou que tinham recebido propostas das rádios Hertz e Cidade de Tomar, que o executivo considerou serem caras, tendo decidido não avançar visto faltarem poucas sessões até ao fim do mandato, esclarecendo que mesmo a proposta mais baixa era de 600 euros por cada sessão.

Relativamente à eleição do vogal, a Presidente da Mesa deu a palavra ao 1º secretário António Martins (PS) que recordou que a assembleia de 28 de Janeiro tinha considerado inconclusivas as votações então feitas por carência, segundo a maioria, de um número mínimo de votos favoráveis no candidato proposto, e daí ter-se consensualizado a marcação de nova reunião para a eleição bem como a obtenção até à data da sua realização de um parecer jurídico a uma entidade externa que clarificasse as dúvidas suscitadas. A dita reunião veio a ser marcada para 13 de fevereiro, pediu-se um parecer à ANAFRE e o parecer veio antes da data agendada, nele se concluindo que a votação já realizada era válida e que o vogal proposto deveria considerar-se já eleito. Daí que a Mesa, embora não ignorando que o dito parecer não teria à partida carácter vinculativo, interpretou a anterior decisão da assembleia de obter o referido parecer em data prévia à reunião no sentido de se vincular ao seu teor qualquer que ele fosse, pois de outra forma jamais acabaria a polémica. E daí que na posse do parecer entendeu como mais correcta a decisão de cancelar a reunião agendada.

Alexandre Horta (PSD) considerou que neste caso deveria ter sido marcado uma espécie de conferência de líderes antes de se desmarcar a reunião.

João Martins (CDS) lamentou a que a sua colega Teresa Ramos tivesse enviado um email a pedir explicações sobre o cancelamento da reunião sem ter obtido resposta, não tendo sido dadas mais explicações como o 1º secretário agora o fez, tendo aliás aquela sua colega também enviado um parecer da CCDRN que concluía em sentido oposto ao do parecer da ANAFRE.

A Presidente da Mesa Celesta Costa (PS) esclareceu não ter bem presente a situação invocada, mas estar convicta de que o primeiro email não era dirigido especificamente a ela, tendo-o interpretado como uma proposta de forum, de debate, entre todos os membros da assembleia. José Ferreira (PSD) referiu que fora enviado um segundo email dirigido à Presidente da Mesa, tendo esta retorquido que não respondeu a este porque foi enviado/recebido quando já tinha passado a data prevista para a reunião, o parecer da CCDRN reportava-se a uma situação diferente e o conteúdo do email era o de lamentar a falta de resposta ao primeiro.

Passou-se ao **Ponto Um da Ordem de Trabalhos: Análise, Discussão e votação da acta das duas últimas sessões, ordinária e extraordinária.**

Relativamente à acta nº 18 José Ferreira (PSD) reclamou a rectificação de algumas incorrecções, essencialmente lapsos de escrita, tendo as mesmas sido aceites sem oposição.

João Martins (CDS) reclamou da redacção da acta na parte em que se fazia uma síntese da carta que lera no decurso da reunião, considerando que fora omitida parte essencial da carta, tendo a Presidente da Mesa admitido que a própria carta poderia ficar apensa à acta e José Ferreira (PSD)

defendido que o texto da carta fosse reproduzido integralmente na acta, solução esta que prevaleceu.

Com estas alterações foi a acta nº 18 posta à votação e aprovada por unanimidade dos habilitados.

Relativamente à acta nº 19 José Ferreira (PSD) propôs também algumas rectificações, que foram aceites e introduzidas. Porém na parte respeitante aos fundamentos pelos quais a maioria tinha considerado inválidas as votações realizadas e que no seu entender era a exigência de uma maioria absoluta de votos no candidato, esta questão não pôde ser esclarecida de imediato sem se ouvir a gravação. O 1º secretário António Martins alertou para a inconveniência de adiar a votação da acta para uma sessão posterior a esta para entretanto se ouvir a gravação, uma vez que a acta aprovada ao menos em minuta terá de acompanhar a remessa do documento de prestação de contas, tendo então Alexandre Horta (PSD) proposto que se votasse a acta com o texto actual, sem prejuízo de futura rectificação decorrente da audição da gravação.

Posta à votação nestas condições foi a acta nº 19 aprovada por unanimidade dos habilitados.

Já depois de aprovada a acta João Martins (CDS) pediu a palavra para defesa da honra, tendo então afirmado que não se revia nas palavras da Presidente da Mesa, segundo a qual a responsabilidade pelo facto de a assembleia ter sido chamada a tratar deste assunto era da equipa do executivo no seu conjunto, incluído o ex-tesoureiro José Maria e o vogal João Martins, por não terem resolvido e ultrapassado os problemas internos dentro do próprio órgão ao longo do mandato e enquanto lá permaneceram e nada terem comunicado oportunamente à assembleia.

Passou-se ao **Ponto Dois – Análise, Discussão e votação do Relatório de Gestão do ano económico de 2024.**

Dada a palavra ao Presidente da Junta para uma explanação inicial, este endossou o assunto para a tesoureira Sara Costa (PS), que disse tratar-se de um documento que reflete o trabalho intenso e contínuo desenvolvido pela Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais, fornecendo não só uma prestação de contas detalhada sobre a gestão financeira e administrativa, mas também uma visão abrangente das atividades realizadas ao longo do ano e do impacto que estas tiveram na nossa comunidade.

Apreciou de seguida o trabalho desenvolvido nas diversas áreas, designadamente:

- **Ação Social e Habitação**, que afirmou continuará a ser uma prioridade absoluta da intervenção política. Destacou o trabalho realizado em articulação com instituições e entidades locais, alargando o alcance das nossas respostas e garantindo uma gestão eficiente dos recursos disponíveis; a Comissão Social de Freguesia que foi, mais uma vez, uma peça-chave na coordenação e dinamização desta rede de apoio, promovendo soluções integradas e céleres; a cooperação exemplar com as IPSS da freguesia permitindo chegar a centenas de famílias e responder de forma concreta a problemas reais — desde necessidades habitacionais e apoio alimentar, até ao acompanhamento psicológico e encaminhamentos na área da saúde. Deu como

exemplo destas parcerias a campanha "Bilha Solidária", promovida com a ANAFRE, que em 2024 permitiu apoiar 262 pessoas com fornecimento de gás.

No que respeita à habitação disse que a Junta atuou em dezenas de residências, com intervenções que incluíram reparação de telhados, substituição de canalizações, melhorias de acessibilidade, iluminação, entre outras, salientando que as pequenas reparações fazem toda a diferença na vida destas pessoas: previnem acidentes, aumentam a autonomia dos idosos e evitam a institucionalização desnecessária.

Salientou também o investimento na reabilitação de espaços públicos, dando como exemplo a requalificação das antigas casas de banho da Rua da Fábrica de Fiação, que, após intervenção da Junta, foram transformadas em balneários públicos — uma resposta digna e urgente para quem não tem acesso a condições mínimas de higiene.

Disse ainda que este trabalho foi complementado com apoio psicológico, visitas domiciliárias e encaminhamentos para lares de idosos, no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI), assegurando um acompanhamento contínuo, humano e atento.

- Juventude, Educação, Cultura e Formação Profissional

Afirmou a convicção de que a educação, a juventude, a cultura e a formação profissional são pilares fundamentais de uma freguesia dinâmica, inclusiva e preparada para os desafios do futuro e que investir nestas áreas é mais do que uma decisão administrativa — é uma opção há muito assumida por este executivo, apostando nas pessoas, fortalecendo a comunidade e garantindo oportunidades reais para todos.

Enfatizou a colaboração permanente com os Agrupamentos Escolares da freguesia, marcando presença ativa nos Conselhos Gerais e contribuindo diretamente para a resolução de problemas concretos — desde melhorias nas infraestruturas escolares, até apoio direto aos alunos e às suas famílias. Recordou também o fortalecimento da articulação com as Associações de Pais, com o apoio e participação em atividades que vão além do recreativo.

Mencionou também a promoção do acesso ao conhecimento técnico, essencial para garantir a segurança e a eficiência nas atividades agrícolas. Daí ter a Junta organizado cursos de Condução e Operação de Tratores em Segurança e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos, que tiveram uma participação significativa da comunidade.

Realçou ainda as iniciativas de promoção do espírito empreendedor e de fortalecimento da economia local através da realização de cinco edições do Mercado da Estrelinha, que envolveram mais de meia centena de participantes em cada edição, dizendo que estes mercados não foram apenas espaços de venda — foram palcos de valorização dos produtos locais, de dinamização cultural e de reforço do tecido económico da freguesia.

- Mobilidade, Ambiente e Transportes

Disse que as áreas de Mobilidade, Ambiente e Transportes são, sem dúvida, algumas das questões mais urgentes e de maior preocupação para a nossa freguesia. Assim em 2024, respondemos com determinação às crescentes reclamações da população, colocando estas áreas no centro da nossa atuação política, tendo como prioridade garantir a manutenção eficaz dos espaços públicos, que incluiu a limpeza e corte de ervas e mato, em estreita colaboração com o Município de Tomar. Destacou a conclusão da requalificação do Caminho da Água das Maias, uma obra estratégica que visa melhorar a segurança e a acessibilidade na nossa freguesia, a conclusão da pavimentação das Ruas Manuel Rosa Rodrigues e da 2ª fase da Rua Antiga do Alto do Piolhinho.

- Prestação de Serviços Administrativos

Disse que na vertente administrativa a equipa da Secretaria tem demonstrado um compromisso constante com a eficiência e a celeridade no atendimento à população. Em 2024 foram emitidos 2.467 requerimentos e 2.454 atestados, além de diversas declarações e certidões, sempre com o objetivo de garantir que os serviços da Junta de Freguesia respondem de forma rápida e eficaz às necessidades dos nossos concidadãos.

Para uma exposição mais analítica solicitou a intervenção do Técnico de Contabilidade, Dr. João Oliveira, o qual mencionou sucintamente os valores da receita, da despesa e do saldo de gerência, bem como as percentagens da execução de cada uma das referidas componentes receita e despesa. Salientou o facto de a junta de freguesia ser dependente das transferências do Estado e do Município em mais de 80%, concretamente 81,49%.

Alexandre Horta (PSD) disse que contrariamente ao que sucedia no passado, o Inventário agora está perceptível e condizente com a realidade, mas seria importante que viessem explicitados os bens abatidos durante o exercício de 2024. Questionou também quais os procedimentos adoptados em relação aos bens que já foram totalmente amortizados, tendo o referido Técnico respondido que esses bens são reavaliados e que pode ser fornecida a listagem dos bens abatidos no exercício.

Alexandre Horta (PSD) levantou mais algumas questões pontuais, designadamente quanto ao valor da receita prevista e recebida mencionados na página 13, - ao que o técnico explicou indicando por exemplo o valor de 8.700 euros do programa PEPAL que não será recebido e com a diminuição da receita do IEFP devido à redução dos programas inicialmente previstos; quanto aos subsídios efectivamente atribuídos, questionando se ficou algum por atribuir ou se se trata de mera questão orçamental, - tendo o técnico explicado que tendo havido redução da receita por não efectivação de programas previstos houve consequentemente redução da despesa; quanto ao orçamento plurianual, pelo facto de constarem verbas para 2026 não obstante não terem sido incluídas no orçamento aprovado em Dezembro para 2025, - tendo o técnico explicado que isso tem a ver com o leasing na aquisição de uma máquina, que no orçamento de 2024 previa pagamentos de rendas até 2026, mas o executivo decidiu entretanto pagar a totalidade dessas prestações até ao fim do mandato.

José Ferreira (PSD) fez uma apreciação crítica da exposição da tesoureira, designadamente quanto ao trabalho em proximidade com a comissão social da freguesia, à insuficiente execução orçamental e à continuidade do programa Noites de Verão, tendo Sara Costa (PS) prestado esclarecimentos e afirmado que o programa Noites de Verão é para ser repetido no futuro.

João Martins (CDS) referiu que tinha havido polémica entre o Presidente e o Tesoureiro no programa Noites de Verão; questionou quantas reuniões da comissão social tinha havido e se existe regulamento; qual o horário dos WC´s da rua da Fábrica; afirmou ainda que o executivo sempre se quis substituir à Câmara em matéria de habitação social.

Em resposta Augusto Barros (PS) disse que o orador falara de uma pessoa que não está aqui para se defender; que as Noites de Verão funcionaram sempre bem, com distribuição dos tempos de presença entre ele e o então tesoureiro, com o qual as coisas tinham corrido sempre bem durante 11 anos. Informou que os horários dos WC´s da rua da Fábrica estão lá afixados, sem prejuízo de por vezes terem de fechar quando não há ninguém a tomar conta.

Rui Bugalhão (PS) interveio dizendo que o relatório de gestão espelha bem o trabalho do executivo do PS, na continuidade do mandato, afirmando ainda que este executivo ouve, resolve e está próximo das pessoas, sempre atento à situação social, constituindo um orgulho o trabalho digno e contínuo que vem desenvolvendo nos últimos anos.

João Martins (CDS) afirmou ainda que a comissão social não pode deixar de reunir por não haver vagar e que se há um regulamento, o mesmo tem que ser cumprido.

Américo Assunção (CHEGA) considerou como eleitoral o discurso da tesoureira; questionou qual é o método de selecção na atribuição da habitação social e o que vai a Junta fazer para evitar que tantas famílias estejam em situação de carência. Afirmou também que a Junta Anima é o maior pilar desta freguesia, estranhando que só tenham existido 30 vagas sociais e alvitando que o programa se estendesse até ao fim do mês de Agosto.

Sara Costa (PS) respondeu que o parque habitacional é da competência da câmara e que existe um Regulamento que dispõe sobre a atribuição das casas. Quanto à Junta, esta apenas faz pequenas reparações; quanto ao bairro do colégio, a junta está a tentar regularizar a situação existente mas com vista a vir a transferir os fogos para o parque camarário. Quanto à situação das famílias, a Junta publica ofertas de emprego e ajuda no encaminhamento. Esclareceu que o programa Junta Anima existe desde 2013, destinando-se a ocupar as crianças e jovens em parte das férias de Verão, mas não consegue dar resposta total ao problema da ocupação das férias.

Augusto Barros (PS) acrescentou que a Junta procura, com a intervenção da técnica, identificar as crianças carenciadas junto das escolas e suporta os respectivos custos. Disse ainda que o programa abrange cerca de 400 crianças, sendo necessário anualmente formar monitores.

Rui Bugalhão (PS) disse que a Junta Anima surgiu para dar resposta aos pais que trabalham, sem prejuízo de também dar a resposta possível aos casos sociais.

João Martins (CDS) quis ainda saber se a Junta faz reparações em casas que têm dono, ao que a Tesoureira respondeu afirmativamente, em casos de extrema necessidade, comprovada por um levantamento feito pela Técnica.

Alexandre Horta (PSD) declarou que o PSD votará contra o relatório, em concordância com o que sucedeu com o orçamento.

Submetido a votação, obteve-se o seguinte resultado: 6 votos a favor (PS), 7 votos contra (PSD, CDS e CHEGA).

Ponto Três – Análise, Discussão e votação da 1ª alteração orçamental modificativa – ano 2025

Dada a palavra ao executivo para uma explanação introdutória sobre este ponto, usou da palavra a tesoureira Sara Costa (PS).

Disse que a proposta visa ajustar o orçamento da freguesia, incorporando o saldo de gerência do ano de 2024, no valor de 134.691,93€. Este valor será alocado para reforçar diversas rubricas de despesa, atendendo a necessidades que se tornaram inadiáveis e para garantir que continuamos a implementar projetos prioritários para a nossa comunidade, adequando o orçamento às necessidades reais da freguesia, ao mesmo tempo que assegura que as áreas essenciais, como a conservação, os serviços urbanos, o apoio social e as iniciativas comunitárias, estejam devidamente reforçadas para continuar a servir a nossa população da melhor forma possível.

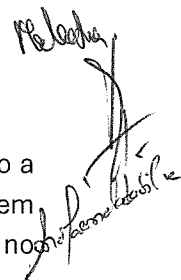
Destacou alguns dos pontos mais relevantes desta proposta de alteração: reforço da rubrica de serviços de limpeza urbana e jardins no valor de 30.000,00€; reforço da rubrica de instituições sem fins lucrativos em 10.000,00€; aumento no apoio à ação social de 3.000,00€, da rubrica destinada a viadutos, arruamentos e obras complementares com 15.000,00€; da conservação de bens, com um reforço de 9.000,00€; rubrica para as iniciativas da freguesia será aumentada em 22.500,00€; do projecto Junt'Anima - Férias de Verão, de 7.500,00€. Concluiu pedindo aos membros da assembleia que aprovem esta alteração orçamental, pois ela visa o fortalecimento das bases que sustentam o nosso trabalho na freguesia e o bem-estar da nossa comunidade.

Alexandre Horta (PSD) interveio dizendo que foi uma oportunidade perdida uma vez que apenas 32.000 euros são propostos para investimento, e revela deficiente orçamentação da despesa corrente. Questionou quais as IPSS's que vão ser apoiadas, afirmando ainda que não se compreende o reforço da área social, que no ano anterior foi executada apenas a 30%.

Sara Costa (PS) respondeu que o reforço da rubrica de despesa com água e electricidade se justifica porque em Janeiro fomos surpreendidos com aumentos de preços. Quanto ao apoio ao associativismo disse que já foram recebidas algumas candidaturas e que não podemos deixar de ter em conta iniciativas inovadoras das colectividades e daí a proposta de reforço desta rubrica.

Augusto Barros (PS) informou que vai haver uma reunião para especificamente se apreciarem as candidaturas a subsídios às colectividades.

João Martins (CDS) questionou qual o critério para atribuição dos apoios às associações, tendo a tesoureira Sara Costa (PS) esclarecido que o critério é o que consta do Regulamento e tendo em conta o plano de actividades de cada associação, sendo que tal Regulamento está publicado no site oficial, como todos os outros.



Colocado o documento à votação, obteve o seguinte resultado: 6 votos a favor (PS) e 7 votos contra (restantes bancadas).

Ponto quatro – Análise, Discussão e Votação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competência entre o município de Tomar e a União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) – “Pavimentação e vias e limpeza e construção de valetas”.

Dada a palavra ao Presidente da Junta este endossou o assunto para a tesoureira Sara Costa (PS) que explicitou quais as obras e valores em causa.

João Martins (CDS) afirmou que a assembleia teria outros arruamentos a apresentar e questionou se esta programação vai até ao fim do ano.

Sara Costa (PS) retorquiu que foram consultadas as várias forças políticas sobre as necessidades da freguesia e que este contrato corresponde ao que consta do plano de actividades aprovado.

Submetido a votação foi o documento aprovado por unanimidade, com 13 votos a favor.

Ponto cinco – análise, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências na União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) – Limpeza urbana e espaços verdes.

Augusto Barros (PS) informou que só na próxima segunda feira é que a câmara aprovará o valor definitivo deste contrato, tendo a tesoureira esclarecido que poderá ter de fazer-se uma adenda, se o valor vier a ser superior ao previsto na minuta hoje em discussão, como se prevê.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade, com 13 votos a favor.

Ponto seis – Apreciação e discussão da informação escrita do Presidente da junta de Freguesia.

Alexandre Horta (PSD) colocou algumas questões designadamente quanto aos vouchers entregues e reuniões da comissão social, solicitando que seja prestada informação desta actividade pelo menos do período desde Janeiro até agora.

João Martins (CDS) questionou quantos cabazes solidários foram entregues em 2024, tendo o Presidente da Junta respondido que foram cerca de 80 ou 90, constando o número exacto da acta feita pela técnica. Observou também que o documento de execução da receita e despesa não está assinado pelo Presidente; e quis saber por que motivo já foi utilizada em 50% a verba da rubrica da assistência técnica, tendo a tesoureira esclarecido que houve necessidade de aquisição de dois

computadores, tal como também foi necessário pagar a formação a dois trabalhadores para os habilitar com a carta de pesados.

Naclm
Inform. 6.5.1.2

Ponto sete – outros assuntos

Alexandre Horta (PSD) questionou como está o assunto da auditoria, tendo a Presidente da Mesa endossado o assunto para o 1º secretário António Martins (PS). Este esclareceu que em 20-02-2025 a mesa enviou uma comunicação ao executivo para este fazer uma prospecção destinada a identificar pelo menos três entidades que possuam capacidade técnica para realizar a auditoria, obter de cada uma delas um orçamento do custo do serviço bem como a indicação do prazo previsto para a sua conclusão e enviar as respostas à mesa. Recebeu entretanto da Junta a informação de que esta, dada a invulgaridade da situação pedira algumas orientações à DGAL e à ANAFRE sobre o financiamento deste serviço e para saber quais as entidades acreditadas para o efeito, tendo recebido resposta da ANAFRE fazendo o devido enquadramento legal e informando que estando em causa uma auditoria financeira teria de ser contratada uma empresa da especialidade ou em alternativa um contabilista certificado; e que estando em causa a análise dos procedimentos legais e de carácter administrativo teria de ser contratada uma empresa da especialidade, designadamente uma sociedade de advogados. Por sua vez a DGAL respondeu que não lhe competia prestar este tipo de serviços mas que, estando em causa situações sujeitas à tutela administrativa, esta poderia ser assumida pela Inspeção Geral de Finanças a quem compete realizar inspecções, inquéritos e sindicâncias. Dada esta informação a Junta encaminhou o assunto para a IGF, estando a aguardar resposta.

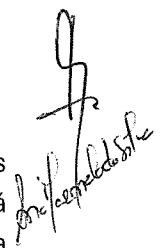
Alexandre Horta (PSD) questionou também se na aplicação de produtos fitofarmacêuticos os trabalhadores da Junta estão protegidos, se são cumpridas as normas de segurança, ao que o Presidente da Junta respondeu que aqueles que o fazem estão habilitados com a devida formação e embora por vezes optem por não utilizar os equipamentos de protecção individual habituais, que dizem provocar exagerada transpiração, utilizam outros igualmente seguros e mais adequados para evitar esse problema.

José Ferreira (PSD) insistiu em que se existem normas elas devem ser cumpridas e alegou ter passado por alguns trabalhadores na zona do LIDL que estavam sem máscara.

Augusto Barros (PS) respondeu que as instruções que têm é para andar com os equipamentos e com máscara, sendo, todavia impossível exercer vigilância contínua sobre eles.

Alexandre Horta (PSD) questionou ainda o executivo sobre a obra de colocação de valetas em Juncais de Baixo e Juncais de Cima e questionou se a obra das Maias já foi concluída, tendo sido esclarecido pelo Presidente da Junta. E perguntou também se a sua bancada podia ter acesso à declaração de voto respeitante à abstenção da Tesoureira, na Acta nº 59 do Executivo. Sara Costa (PS) esclareceu que a sua declaração do voto não foi contra a aprovação da proposta, mas sim contra o facto de apenas duas das cinco avenças terem sido contempladas com aumentos e não também as outras três.

O orador questionou também qual a situação do processo judicial respeitante à Rua das Verdelhas, tendo o Presidente da Junta informado que o tribunal fez uma inspecção ao local há poucos dias, depois de vários adiamentos por causa da chuva, mas ainda não há decisão embora tenha ficado com a impressão de que a audiência decorreu de modo favorável à posição da Junta e da Câmara.



Também quis saber o que se passa com o Bairro do Colégio, por ter conhecimento do receio de alguns moradores quanto à sua situação habitacional. Augusto Barros (PS) respondeu que o papel da Junta é o de uma espécie de zelador, que lhe foi confiado pelos antigos proprietários do Colégio, pois aquelas casas foram construídas para albergar os respectivos trabalhadores que podiam habitá-las enquanto fossem vivos. Acrescentou que a Junta está a procurar fazer o levantamento e regularização da situação, com o apoio de uma advogada, Drª Lurdes Mourato e de um topógrafo, mas sublinhou que não há a intenção de despejar ninguém, embora se saiba que algumas pessoas dizem que têm cadernetas das casas.

Por último perguntou se a Junta vai ser ressarcida do custo do carro-grua e cesto para aprumo das árvores, tendo o Presidente da Junta esclarecido que esse equipamento é para intervir nas zonas rurais, por exemplo no Casal das Bernardas e no Casal de Frades.

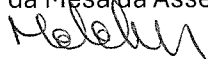
João Martins (CDS) informou que tinha enviado um email a solicitar a mesma informação relativamente à acta 59 do executivo já referida por Alexandre Horta, perguntou se o projecto Essência não foi executado e se irá ser retomado, como decorreu a feira “FREEE” e se há alguma iniciativa para o 25 de Abril, tendo Augusto Barros (PS) respondido que o projecto Essência foi cancelado porque de momento não há técnica na área sócio-cultural, prevendo-se fazer uma contratação por ajuste directo. Informou também que a FREEE correu maravilhosamente bem.

Américo Assunção (CHEGA) afirmou que a aplicação informática da autarquia não está a funcionar e que a cidade está uma vergonha, com erva por todo o lado.

Rui Bugalhão (PS) comentou que a situação referida pelo orador anterior se deve, como é do conhecimento geral, à fase meteorológica completamente atípica que atravessamos, com chuvas constantes, que tornam impossível manter os espaços públicos continuamente limpos de ervas. Enalteceu ainda o sucesso inédito do Sporting de Tomar que, na modalidade de hóquei em patins participou pela primeira vez numa final europeia, feito este que colheu o aplauso unânime de todas as bancadas.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão dada por encerrada pelas zero horas e vinte minutos do dia 12 de Abril, da qual para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 1º secretário de Mesa da Assembleia de Freguesia,

António Francisco Teves da Silva

A 2ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Antónia dos Reis dos Pazme de Silva